



**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE AGENTES DE SAÚDE E DE
COMBATE ÀS ENDEMIAS – PEC Nº 14/2021**

REQUERIMENTO Nº de 2025
(Dos Srs. Gilson Daniel)

Requer a realização de Seminário Regional no Estado do Espírito Santo para discutir a PEC nº 14, de 2021, que *“altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais”*.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de **Seminário Regional no Estado do Espírito Santo**, para discutir a **PEC nº 14, de 2021**, que *“altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais”*.

JUSTIFICAÇÃO





A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 14/2021 busca alterar o artigo 198 da Constituição Federal para instituir o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE). Entre outros pontos, a proposta estabelece a aposentadoria especial e exclusiva para esses profissionais, fixa a responsabilidade do gestor local do SUS quanto à regularidade do vínculo empregatício, e organiza um sistema de proteção social que inclui remuneração, planos de carreira, assistência à saúde e previdência.

Diante da relevância do tema e de seu impacto direto na vida dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, bem como na gestão da saúde pública municipal, estadual e federal, torna-se imprescindível a realização de seminários regionais, de forma a ouvir diretamente os profissionais, gestores, especialistas, entidades representativas e a sociedade civil, com o objetivo de aperfeiçoar o texto da proposição e assegurar que ele reflita as reais necessidades dos agentes e das comunidades que atendem.

O Estado do Espírito Santo configura-se como local estratégico para a realização deste debate. Dados do Ministério da Saúde de março de 2024¹, aponta que o Estado conta com 4.746 agentes comunitários de saúde (ACS) e 1.759 agentes de combate às endemias (ACE), o que demonstra sua expressiva atuação no âmbito da atenção primária e da vigilância epidemiológica. Além disso, o Espírito Santo apresenta uma das maiores coberturas de Estratégia Saúde da Família no país, atingindo 96% da população, índice superior à média nacional, que é de 92,5%².

O Seminário visa, portanto, aprofundar o diálogo democrático, colher subsídios técnicos, sociais e operacionais, além de proporcionar a participação direta dos profissionais impactados pela PEC 14/2021. Este evento será uma oportunidade para discutir aspectos relacionados à valorização profissional, às garantias previdenciárias específicas, às condições de trabalho, bem como aos

¹ <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-para-os-estados/espírito-santo/2024/marco/espírito-santo-ministerio-da-saude-atualiza-a-remuneracao-dos-agentes-de-saude>

² <https://saude.es.gov.br/Not%C3%ADcia/estado-supera-a-media-nacional-de-cobertura-da-atencao-primaria-a-saude>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

desafios e soluções para a efetivação dos vínculos empregatícios regulares no âmbito do SUS.

A realização do Seminário no Espírito Santo reforça o compromisso desta Comissão com a escuta ativa dos diversos segmentos sociais, buscando aprimorar o texto da PEC e assegurar que sua tramitação atenda, de forma responsável e qualificada, às reais demandas dos agentes comunitários de saúde, dos agentes de combate às endemias e da sociedade.

Diante do exposto, submeto à apreciação dos nobres pares o presente requerimento.

Sala das Comissões, de junho de 2025.

Deputado **GILSON DANIEL**
PODE/ES

